

IBGE

ADMINISTRAÇÃO

PROFESSOR

JESSÉ MONTELLO

1979/1984

IBGE

Presidente: Jessé Montello

Diretor de População e Social:
Valeria da Motta Leite

Diretor de Economia:
José Welisson Rossi

Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia:
Amaro da Costa Monteiro

Diretor de Geodésia e Cartografia:
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Administração:
Aluizio Brandão de Albuquerque Mello

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal:
Elias Paladino

Diretor de Informática:
Renato Galvão Flôres Júnior

Doação nº 1.440

IBGE - ADMINISTRAÇÃO PROFESSOR JESSÉ MONTELLO
1979/1984

Documento de Subsídios

Coordenadoria de Planejamento e Projetos Especiais - CPE

S U M Á R I O

. APRESENTAÇÃO

. POLÍTICAS E DIRETRIZES

. DINÂMICA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

- PRIMEIRO MOMENTO: Realização do Censo de 1980

- SEGUNDO MOMENTO: Desenvolvimento de Indicadores, Estudos e Pesquisas e do Suporte Técnico-Administrativo e Informacional

- TERCEIRO MOMENTO: Reestruturação Administrativa e Operacional

. SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO FUTURO

APRESENTAÇÃO

Procura-se, neste documento, fornecer uma sín-
tese das principais realizações da Administração do
Prof. Jessé Montello, no período 1979/1984, com o pro-
pósito de documentar, em linhas gerais, o sentido do
esforço desenvolvido no período, seu significado no con-
texto do desenvolvimento histórico das estatísticas na
cionais e as perspectivas que se abrem para o futuro.

Constitui este relatório, assim, um documen-
to de trabalho, que tem por objetivo principal ofere-
cer um mínimo de informação às administrações que se su-
cederem, dando continuidade a uma série histórica já
longa, pois remonta ao século passado, quando começa-
ram a se manifestar, de maneira mais sistemática, as
preocupações de documentar estatisticamente a evolução
da realidade nacional.

POLÍTICAS E DIRETRIZES

Ao assumir a direção do IBGE, em 29/8/79, o Prof. Jessé Montello determinou, de imediato, a realização de um diagnóstico da situação interna da Instituição, com a finalidade precípua de analisar, tanto sob o ângulo institucional quanto operativo, os problemas, pontos de estrangulamentos e lacunas porventura existentes, no programa de trabalho então vigente, considerado pela ótica de sua natureza e estrutura e das respectivas condições de execução.

Com base nesse estudo e, principalmente, calcada na percepção da realidade político-administrativa, econômica e social do país, a nova Administração procurou estabelecer políticas norteadoras de sua ação, para o período de setembro de 1979 a março de 1985. Tais políticas, no decorrer do período, consubstanciaram-se, basicamente, nas seguintes linhas de ação:

- . Dar continuidade aos trabalhos tradicionais e legalmente exigidos da Entidade, dentro de uma perspectiva natural de aperfeiçoamento;
- . Consolidar o prestígio da Instituição junto aos usuários e ao público em geral;
- . Dinamizar o IBGE, com vistas ao atendimento pleno das necessidades conjunturais do planejamento governamental e da Sociedade, em todos os níveis;
- . Tornar transparente as metodologias de trabalho da Entidade, de forma a estimular a ampla participação da sociedade na sua conformação e desenvolvimento;
- . Modernizar padrões de trabalho da Instituição.

A primeira grande linha de ação, a de **dar continuidade** aos trabalhos do IBGE, iria implicar, principalmente, no desafio de realizar, sem prejuízo das demais responsabilidades da Instituição, o IX Recenseamento Geral do Brasil, trabalho que, por sua magnitude e complexidade, exige sempre uma comple

ta revisão dos padrões de planejamento e execução, o que se explica pela sua própria periodicidade decenal confrontada com o dinamismo do país nos campos de demográfico e econômico-social.

No tocante à política de **consolidar** o prestígio da Instituição, a nova Administração preocupou-se em fazer com que a informação fosse ao encontro das necessidades da comunidade, ou seja, que o dado produzido cientificamente e transformado em informação, se tornasse, cada vez mais, o suporte básico válido de toda a decisão que interferisse no cotidiano da sociedade brasileira. Dentro dessa mesma linha de ação, a Administração orientou-se no sentido de tornar a informação produzida acessível ao público em geral, utilizando tanto os meios tradicionais de divulgação, quanto as novas tecnologias disponíveis na área de informática.

Dinamizar o IBGE constituiu política definida pela Administração no sentido de traduzir sua permanente preocupação voltada para atender a demanda crescente do Governo e da Sociedade como um todo, em relação principalmente ao acompanhamento da conjuntura. Tal esforço traduziu-se não só pela realização de novas pesquisas e indicadores, como, também, pela preocupação de tornar a informação produzida mais atual, oportuna e consistente.

Por outro lado, com o objetivo de **tornar transparente** a Entidade, buscou-se eliminar o hermetismo, procurando oferecer a todos os segmentos da sociedade conhecimento de onde e em que situação são produzidos os dados primários, e de como são eles trabalhados, a fim de que se transformem em informações consistentes da evolução da realidade nacional e, assim sendo, úteis à toda a comunidade brasileira.

Finalmente, no que concerne à política de **modernizar** os padrões de trabalho da Fundação, a Administração empenhou-se em adotar iniciativas capazes de propiciar melhores condições físicas e organizacionais, traduzidas em importantes transformações na estrutura organizacional, melhoria de equipamentos e instalações, introdução de métodos e técnicas aperfeiçoadas de gerência, consolidação do Sistema de Planejamento Interno e descentralização do processamento das pesquisas estatísticas, a nível das Delegacias Estaduais do IBGE.

Dando consequência prática a tais políticas, foram realizados

6.

esforços, no período, dentro das seguintes diretrizes:

. Em relação à política de **continuidade**: procurar, em alguns casos, dar maior amplitude e abrangência às pesquisas e estudos constantes da programação de trabalho e, em outros, introduzir modificações, em consonância com o interesse maior do planejamento geral e setorial do Governo, imprimindo sempre maior velocidade ao processo de geração e disseminação da informação;

No tocante à linha de **consolidação**: dar ressonância pública às informações do IBGE, utilizando para isso os meios de comunicação disponíveis para manter a sociedade informada sobre os resultados do trabalho da Entidade e, assim, alimentada de dados relevantes, tanto para aplicações práticas no seu dia-a-dia, quanto para o acompanhamento do processo de desenvolvimento nacional em todas as suas dimensões econômico-sociais; divulgar, junto ao público em geral, dados anteriormente considerados de interesse apenas de pequena parcela de estudiosos, no sentido de facilitar seu raciocínio com base em informações seguras; orientar as pesquisas do IBGE para abranger, em maior profundidade e amplitude, assuntos de interesse mais direto da população, tais como o problema do desemprego, as flutuações e variações de preços dos bens e serviços, etc.;

No que se refere à **dinamização**: processar rapidamente as informações de natureza conjuntural, de modo a atender, oportunamente, as necessidades de planejamento de curto prazo em todos os níveis da Sociedade;

Quanto à política de **transparência**: produzir certos documentos que explicitam, a nível de detalhe, os métodos empregados para a geração e elaboração das informações, desde a fase de coleta até à correspondente ao processamento e análise de dados. Essa documentação constitui acervo de inegável importância, tanto como memória técnica, quanto como um novo sistema referencial para suporte de desenvolvimento de futuros estudos e pesquisas;

- . No que diz respeito ao campo da **modernização**: adaptar a estrutura organizacional da Instituição às necessidades emergentes e adotar métodos e técnicas capazes de tornar as atividades gerenciais no IBGE mais eficientes, tanto na área administrativa, propriamente dita, como principalmente, na do planejamento central a nível da Alta Administração. Implementar programas, de natureza tecnológica, nas áreas de processamento de dados e disseminação das informações, e da operacionalização de procedimentos descentralizados de processamento das pesquisas estatísticas.

Criando condições e/ou refletindo a consecução dessas grandes linhas, registraram-se as seguintes iniciativas concretas, como marcos principais da Administração:

- . Na área **Institucional-Administrativa**:

- adaptação da estrutura da Entidade e adoção de novos métodos e instrumentos de gerência, com destaque para os campos da modernização administrativa e da institucionalização do Sistema de Planejamento Interno.

- . Na área **técnica-meio**:

- desenvolvimento e consolidação da informática, através do emprego de novas técnicas de processamento das pesquisas, aí incluído o início do processo de descentralização a nível das Unidades Regionais do IBGE;
- desenvolvimento de novos sistemas de atendimento aos usuários através da disseminação de informações por telex e terminais de processamento eletrônico, bem como de novos sistemas de catalogação e recuperação de referências bibliográficas;
- intensificação do esforço de documentação dos métodos de pesquisa, com destaque para a série de Relatórios Metodológicos dos trabalhos realizados pelo IBGE, criando a indispensável memória técnica para referenciar desenvolvimentos futuros;

8.

- reavaliação e modernização dos cursos de formação ministrados pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas e instituição dos cursos de pós-graduação em estatística.

. Na área **técnica-fim**:

- execução, dentro dos prazos legais, do IX Recenseamento Geral do Brasil, com ganhos substanciais na divulgação dos seus resultados;
- elaboração, sistemática e continuada, de indicadores e agregados econômicos e sociais necessários ao planejamento geral e setorial do país;
- desenvolvimento de novas pesquisas e estudos, de natureza conjuntural, para atender às exigências do planejamento de curto prazo do Governo e aos reclamos dos principais segmentos da sociedade-brasileira;
- ampliação e aprofundamento, no Censo de 1980, de um conjunto de levantamentos, denominados "Inquéritos Especiais", para atender necessidades de informações mais detalhadas de alguns setores estratégicos da vida nacional.

Finalmente, vale chamar a atenção para a retomada e dinamização dos trabalhos de Geodésia e Cartografia no período, "vis a vis" o realizado de 1944 até 1978.

DINÂMICA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

As ações anteriormente enunciadas em suas linhas gerais, distribuem-se no quinquênio 1979/1984, de forma a configurar a dinâmica político-administrativa desenvolvida neste período, em torno de três momentos distintos de concentração das preocupações da Administração:

- . **Primeiro Momento:** A Realização do Censo de 1980;
- . **Segundo Momento :** Desenvolvimento de Indicadores, Estudos e Pesquisas e do suporte técnico-administrativo e informacional;
- . **Terceiro Momento:** Reestruturação Administrativa e Operacional da Entidade.

O detalhamento das principais ações desenvolvidas, visto a seguir, obedece a esta divisão esquemática, mediante a qual não se procurou estabelecer uma rigorosa cronologia, mas agrupar ações que se gestaram dentro da preocupação geral de dar continuidade aos trabalhos da Entidade e, ao mesmo tempo, promover desenvolvimentos fundamentais, com ênfase maior em períodos bem determinados da Administração.

Nesses termos, surge naturalmente, absorvendo de início praticamente todas as atenções da Administração, a realização do IX Recenseamento Geral do Brasil, trabalho de periodicidade decenal e que se caracteriza como a grande missão histórica do IBGE. A realização do Censo/80, sem prejuízo do andamento das demais pesquisas do IBGE, insere-se, antes de mais nada, na política de dar continuidade aos trabalhos normais do Órgão, sem prejuízo da natural perspectiva de desenvolvimento.

A preocupação, mais crítica, de implantar e desenvolver Indicadores, Estudos e Pesquisas, viria, assim, num segundo momento, prestigiando as linhas de desenvolvimento anteriormente apresentadas, com ênfase especial para a bateria de indicadores de curto prazo, notadamente o Índice Nacional de Pre-

ços ao Consumidor (INPC) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), o primeiro por suas implicações legais como fator de reajuste de salários e aluguéis e a segunda por se referir à faceta socialmente mais delicada da conjuntura nacional nos últimos anos. Registram-se, por outro lado, como integrados a este momento de concentração de preocupações, as inovações na área administrativa, na área de formação e aperfeiçoamento de pessoal, e na área da divulgação de dados, utilizando as modernas técnicas eletrônicas de processamento e transmissão de informações.

O terceiro momento, por sua vez, vai se mostrar como o da decantação de toda a experiência recolhida na prática do dia-a-dia, ao longo do período 1979/1983, consubstanciada na reestruturação administrativa estatuída no Decreto nº 89 762, de 6 de junho de 1984, na institucionalização de mecanismos de planejamento, coordenação e avaliação metodológica a nível de Administração Superior, e no lançamento do projeto de descentralização dos trabalhos de processamento das pesquisas estatísticas a nível das Unidades Regionais do IBGE, coroando, assim, o período da Administração com um grande legado para o futuro, face aos desdobramentos de toda ordem embutidos neste profundo processo de transformação operacional.

O Primeiro Momento - REALIZAÇÃO DO IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL
CENSO-80

A atual Administração, ao assumir a direção do IBGE, defrontou-se de imediato, com uma tarefa do mais alto significado e extrema complexidade, a da realização do IX Recenseamento Geral do Brasil.

. Base Geográfica do Censo 80

Nesse primeiro momento, a face do desafio se caracterizou, principalmente, através de três aspectos: base geográfica, mobilização e treinamento de pessoal e comunicação social.

No tocante à base geográfica, uma pálida idéia da dimensão do desafio a ser vencido pode ser transmitida se nos cingirmos ao fato de que a eficiência de um censo é resultante da proficiência de sua base geográfica e é dificultada pelo tamanho da população a ele submetido. No caso do Brasil, tratava-se de levantar informações sobre uma população estimada em 120 milhões de pessoas, residindo em cerca de 25 milhões de domicílios.

O que se dispunha, quando do início dos trabalhos para o Censo de 1980, eram mapas municipais censitários onde apenas 12% deles tinham sido elaborados sob a técnica de aerofotogrametria. Para a realização do recenseamento de 1980, este percentual foi elevado para 89%. Uma difícil etapa do desafio fora vencida, na medida que se tornara a base geográfica mais confiável.

O respaldo técnico, que uma base geográfica confiável dá, pesa preponderantemente na qualidade de qualquer levantamento de dados e, no caso do Censo de 1980, o seu acervo técnico (mapas municipais para fins estatísticos - MMEs e mapas urbanos para fins estatísticos - MUEs), legado aos futuros censos ou pesquisas, manter-se-á no bom nível de confiabilidade alcançado pelo trabalho desenvolvido.

Dez anos obviamente introduzem alterações na delimita-

12.

ção dos perímetros urbanos de cidades e vilas. Como consequência, os documentos legais em que se respaldaram os Censos de 1970 e de 1980 apresentaram diferenças. Ações técnico-administrativas foram tomadas no sentido de que tais documentos legais se ajustassem às necessidades de definição da base geográfica.

Com o duplo propósito de atender aos objetivos básicos do Censo de 1980 e facilitar os trabalhos de censos futuros, estão sendo avaliados os 32.972 mapas e as 141.553 cadernetas dos recenseadores, atualizando o acervo da base geográfica, conforme a apreciação das informações vindas do campo.

. Mobilização e Treinamento de Pessoal

Com relação à mobilização e treinamento de pessoal e visando a assegurar a uniformidade no desempenho das atividades censitárias, foi montado um programa de treinamento que forneceu aos treinandos instrumentos que os habilitaram a preencher e/ou orientar o preenchimento correto dos formulários de coleta e que permitiu que eles atuassem como instrutores e multiplicadores de conhecimentos censitários.

O programa de treinamento foi realizado pelo próprio IBGE e, para que se tenha idéia de sua magnitude, basta destacar que, no caso do Censo Demográfico, preparou equipes constituídas de 8 técnicos do departamento responsável pelo Censo, 348 assistentes censitários, 4 414 agentes de coleta municipal, 9 607 agentes de coleta supervisores e 115 868 agentes credenciados recenseadores, totalizando mais de 130 000 pessoas.

O treinamento, para o Censo Agropecuário, envolveu 54 chefes de coleta e de estatísticas agropecuárias contínuas, 10 000 assistentes censitários e chefes de agências de coleta (principais), 8 000 agentes de coleta (municipais e supervisores) e 60 000 agentes credenciados (recenseadores).

. Campanha de Comunicação Social

A campanha de comunicação social, indispensável ao bom desenvol-

vimento do Censo Demográfico, em todo o País, foi feita em três fases: a preliminar, a de lançamento e a de sustentação.

Na fase preliminar, procurou-se conscientizar a população sobre a importância do Censo, que se realiza a cada dez anos, utilizando-se filmes na TV e em cinemas, programas especiais na televisão e no rádio, além de frases "slogans" relativas ao evento censitário.

A fase de lançamento foi mais extensa. Como na primeira fase, procurou-se atingir todo o Brasil através de jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, ressaltando a necessidade da resposta correta ao Censo e da boa receptividade ao recenseador. Foram elaborados cartazes, folhetos, novos filmes para a televisão e chamadas especiais, além do importante apoio proporcionado pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que veiculava notícias e chamadas alusivas à investigação censitária. Esta fase de lançamento foi mantida até o dia do início do Censo, 1º de setembro de 1980.

A terceira fase, foi a de sustentação da realização do Censo. Esta fase centrou-se na divulgação das primeiras pesquisas dos recenseadores com o objetivo de incentivar as respostas de todos os brasileiros ao Censo Demográfico. Continuaram as chamadas e os "slogans", conclamando todos os brasileiros a colaborarem com o governo, preenchendo corretamente os questionários e recebendo bem os recenseadores envolvidos na tarefa.

Considerando sua importância no contexto do Sistema Estatístico Nacional, procura-se, a seguir, descrever sinteticamente os Censos Demográfico, Agropecuário e Econômicos nos aspectos relacionados com objetivos, características principais e notas metodológicas.

. Censo Demográfico

O objetivo do Censo Demográfico, que se realizou em 1980, foi investigar as principais características das pessoas, das famílias e dos domicílios, segundo a distribuição espacial, permitindo o conhecimento pormenorizado das condições sócio-econômicas da população brasileira. Mesmo considerando o acrés-

cimo populacional, foi decidido a manutenção da fração de amostragem única de 1/4, adotada nos Censos de 60 e 70.

Para todos domicílios particulares ocupados foram levantados a situação, o número de moradores e a espécie (permanente ou improvisado), e, para os domicílios permanentes, o tipo (casa ou apartamento) e a condição de ocupação. O período de coleta foi de 19 de setembro a 30 de novembro de 1980, sendo 19 de setembro de 1980 a data de referência. Cuidados com a qualidade da informação coletada podem ser sentidos pela fiscalização exercida pelo supervisor da área sob coleta, que selecionava um em cada vinte domicílios para ser por ele reentrevistado na busca de eventuais equívocos no preenchimento dos questionários. O Censo de 1980 contou com um sistema de acompanhamento da coleta com o objetivo de conhecer, semanalmente, o número de setores concluídos e de pessoas nele recenseadas, por município.

O sistema de apuração de dados foi desenvolvido em cinco grandes etapas: recepção e empastamento, codificação, transcrição, procedimento de crítica e tabulação. Durante a maior parte da apuração, foram utilizados processos eletrônicos e processamentos de dados, o que diminuiu o período despendido nesta etapa, minimizou a ocorrência de erros e facilitou em muito os procedimentos de crítica e correção.

A minimização da incidência de erros foi também atingida, através da substituição dos tradicionais processos de crítica e posteriores correções manuais dos erros de consistência. No Censo de 1980 foi adotado o processo de crítica com simultânea correção automática das eventuais inconsistências encontradas nos instrumentos de coleta. Visando avaliar a precisão da cobertura da coleta do Censo Demográfico de 1980, no que concerne à omissão de domicílios e de seus moradores e obter indicadores de precisão das respostas, foi realizada a Pesquisa de Avaliação. Ela foi planejada para fornecer estimativas a nível de cada unidade da federação, exceto para Rondônia, Acre, Roraima e Amapá que foram tratadas como unidade única. Juntamente com esta investigação, foi conduzido um inquérito especial sobre consumo doméstico de energia elétrica e combustível para elaboração da Matriz Energética do Brasil.

O plano de divulgação do Censo Demográfico de 1980 compreende três conjuntos de tabulações, sendo que o primeiro conjunto - volume 1, tomo 1,

é constituído pela série das Sinopses Preliminares. O segundo conjunto - volume 1, tomo 2, apresenta as Tabulações Avançadas, resultados ainda preliminares sobre as principais características. O terceiro conjunto - volume 1, tomos 3, 4, 5 e 6, trazem os resultados definitivos sobre todo o elenco da investigação e são conhecidos, respectivamente, como "Dados Distritais", "Dados Gerais", "Mão-de-Obra" e "Famílias e Domicílios".

Releva notar que os resultados preliminares do Censo Demográfico foram publicados, para a totalidade das Unidades da Federação e na agregação a nível Brasil, já em maio de 1981, seguindo-se o conjunto de tabulações avançadas em dezembro de 82, encerrando-se a divulgação com os dados definitivos, em maio de 1983.

As informações levantadas pelo Censo Demográfico de 1980 foram incorporadas à base de dados do IBGE.

. Censo Agropecuário

O Censo Agropecuário de 1980 representou a coleta de informações de 5 100 000 estabelecimentos por 42 000 recenseadores.

Efetuada a cada cinco anos, ele permite o conhecimento da realidade de agrária por meio de levantamento do conjunto de aspectos que caracterizam a estrutura produtiva do estabelecimento rural. É, por intermédio das informações relativas à estrutura fundiária, à condição do produtor, à composição de mão-de-obra, à utilização da terra, ao nível técnico da agricultura, ao crédito rural e à produção, que se obtém para os Estados, Microrregiões e Municípios, o conhecimento sobre a organização do espaço agrário brasileiro.

As principais características levantadas referem-se a: estabelecimento, área total, propriedade das terras, condição legal das terras, produtor, direção dos trabalhos, utilização das terras, terras irrigadas, associação a cooperativas, serviços de empreitada, uso e procedência de força, uso de adubos e corretivos, defesa sanitária, conservação do solo, uso de inseminação artificial e ordenha mecânica, terras utilizadas fora do estabelecimento, pessoal ocupado, utilização do pessoal temporário, silos e depósitos, máquinas e instrumentos agrí

colas, meios de transporte, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, valor dos bens, investimentos, financiamentos, receitas, despesas, efetivos da pecuária, coelhos e colméias, aves, animais nascidos e vitimados, animais comprados, vendidos e abatidos, produção de origem animal, produção vegetal, horticultura e floricultura, extração vegetal, silvicultura, carvão vegetal, transformações ou beneficiamento de produtos agrícolas, animais pertencentes ao pessoal residente nos estabelecimentos, produção particular do pessoal residente.

Os trabalhos de coleta se realizaram no período de 19 de janeiro a 29 de abril, sendo 31 de dezembro de 1980 a data de referência, e, da mesma forma que no Censo Demográfico, durante a maior parte da apuração, foram utilizados processos eletrônicos de processamento de dados, aí se incluindo o processo de crítica com simultânea correção automática.

A avaliação da qualidade dos dados foi efetuada também por meio de programas de crítica eletrônica, que tiveram por base os resultados do Censo de 1975, juntamente com outros elementos de avaliação.

O plano de divulgação do Censo Agropecuário de 1980 compreende três conjuntos de tabulações.

O primeiro conjunto foi constituído pela série de Sinopses Preliminares em 14 volumes com informações sobre estabelecimentos agropecuários e algumas das características básicas a nível municipal.

O segundo conjunto foi divulgado sob o título de Tabulações Avançadas, das quais constam, ainda em caráter preliminar, as principais características investigadas com base em uma amostra probalística que permitiu estimativas a nível de onze "regiões de divulgação", cobrindo todo o território nacional.

O terceiro conjunto apresenta os Resultados Definitivos, os dados são apresentados em 106 tabulações, sendo 52 a nível de unidade da federação e 54 a nível da mesorregiões, microrregiões homogêneas e municípios.

. Censo Comercial, Industrial e dos Serviços

Os Censos Econômicos - denominação que inclui o Censo Industrial, o Censo Comercial, o Censo dos Serviços e os Inquéritos Especiais - são realiza

dos nos anos de final 5 e 0 e visam a conhecer os quantitativos da vida econômica nacional e seus principais aspectos: estrutura, produção, comercialização, mão-de-obra, financiamento, despesas e outros fatores econômico-financeiros, provenientes da indústria, comércio, serviços e outras atividades denominadas especiais.

O Censo Industrial recenseou 242 960 estabelecimentos e levantou as atividades das indústrias que se dedicam à extração mineral (com exceção de garimpeiros e falcadores) e as de beneficiamento e transformação de produtos. Foram, ainda, objeto deste censo, os estabelecimentos que executam serviços de natureza industrial. Para o Censo Industrial foram consideradas duas etapas: na primeira, através de coleta centralizada, foram levantadas as cinco mil empresas mais complexas do país, com o objetivo de obter informações que permitissem uma boa visualização do universo, esta etapa durou dois meses. Em seguida, houve uma outra, mais extensa, envolvendo a coleta de informações em pelo menos 270 mil estabelecimentos industriais.

O Censo Comercial pesquisou 950 199 estabelecimentos e abrangeu o comércio de mercadorias, por atacado, a varejo ou misto; a distribuição de produtos industriais efetuada diretamente pelos produtores, quando se tratava de vendas a varejo; as vendas por atacado, feitas através de filiais de empresas produtoras; os estabelecimentos instalados pelos produtores agropecuários especialmente para distribuição de seus produtos.

O Censo dos Serviços investigou 737 155 estabelecimentos e englobou as atividades de prestação de serviços tais como: serviços de alojamento e de alimentação; serviços de reparação; manutenção, instalação e confecção; serviços pessoais e de higiene pessoal; serviços de radiodifusão, televisão e diversões; de compra, venda incorporação e administração de imóveis, entre outros.

O Censo das Atividades Especiais levantou as atividades da indústria e a construção, produção e distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário, limpeza pública e remoção de lixo, transportes, instituições financeiras, seguros, capitalização e comunicações.

nálogo ao de 1981. As alterações ocorridas, no que se refere à seleção, foram: a inclusão dos estabelecimentos de maior relevância detectados através do cadastro de novos (Ficha de Atualização Cadastral - FAC-1981), além do cadastro básico de seleção (FCI-80), o planejamento da amostra de dados gerais para fornecer estimativas desagregadas por setores matriz ou agrupamentos destes, nas UFs de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; a consideração de classes de pessoal ocupado na estratificação da amostra de dados gerais, além das classes de valor da produção; a diminuição do número de produtos a serem investigados na amostra de produção física (de cerca de 800 para cerca de 200 produtos).

Todos esses fatores concorreram para uma diminuição do tamanho da amostra da ordem de 5%.

A Pesquisa Industrial Anual de 1983 teve sua amostra redefinida em função das alterações dos objetivos a que se propõem as pesquisas anuais da indústria dentro do sistema de estatística da indústria do IBGE, e também devido à possibilidade de contar-se com um sistema de cadastro melhor elaborado, baseado nos resultados definitivos do Censo Industrial de 1980, nas Pesquisas Industriais de 1981 e 1982, e também nas Fichas de Atualização Cadastral de 1981 e 1982.

Para o planejamento da amostra, considerou-se como objetivo da PIA-83 a obtenção de estimativas de dados gerais a nível de gêneros da indústria para as unidades da federação, e a um nível de classificação mais detalhado para o total do País. Esse detalhamento foi definido a partir da estrutura de classificação industrial do Censo de 1980 compatibilizada com a malha derivada da agregação de setores da Matriz de Relações Intersectoriais de 1975.

Além da estratificação natural decorrente dos objetivos definidos, foi considerada uma estratificação segundo classes de valor da produção cruzada com classes de pessoal ocupado.

A Pesquisa Industrial de 1983 não contempla a produção física.

. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, implantada

no fim da década de 60, é uma investigação, a nível nacional, que objetiva, como cerne principal, a estimação anual das principais características sócio-econômicas da população e da habitação investigadas nos Censos Demográficos.

Dois fatores tornam a PNAD uma investigação de grande importância: a possibilidade de acompanhamento da evolução das características sócio-econômicas da população, ano a ano, e a formação de uma série estatística única, fruto da combinação com os resultados dos Censos Demográficos realizados de dez em dez anos. Além disso, ela constitui uma pesquisa que reúne, de forma sistemática e por meio de amostra de milhares de domicílios, informações que, outrora, só eram disponíveis de forma esparsa e difusa, ou por ocasião da realização dos censos decenais.

As inovações e aperfeiçoamentos, introduzidos na PNAD, no período da atual Administração, podem ser assim resumidos:

- a) reformulação, em 1981, do desenho da amostra, a partir da base geográfica e cadastral utilizada para o Censo Demográfico de 1980;
- b) maior nível de desagregação geográfica na divulgação dos resultados da PNAD-1983, chegando a atingir vinte e uma Unidades da Federação, seis Regiões Metropolitanas e sete Regiões de Pesquisa;
- c) inclusão, além dos temas básicos que compõem o sistema de investigação da PNAD - população, habitação e mão-de-obra, de um tema suplementar diferente, de acordo com as necessidades dos principais usuários oficiais ou em função das próprias necessidades internas do IBGE, tendo sido investigado, no período de 1979 a 1984, os seguintes temas especiais: Consumo Energético, Saúde, Educação, Previdência Social e Fecundidade Feminina.

Finalmente, a PNAD, pelo fato de propiciar o conhecimento informacional de setores importantes da vida e realidade sócio-econômica do país, constitui um instrumento de trabalho, por excelência, para aqueles que se encontram envolvidos no processo de planejamento nacional, em todos seus níveis e espaços geográficos.

. Pesquisa Especial no Setor Primário

A Pesquisa Especial no Setor Primário visa à implantação de modelos de amostragem, com a finalidade específica de efetuar avaliações de safras agrícolas para um conjunto de culturas consideradas principais.

Em caráter experimental, foi realizada em 1982 e 1983, a Pesquisa Agropecuária do Paraná, consistindo num levantamento de informações, a nível estadual, nos estabelecimentos produtores, com o fito de permitir a elaboração de estimativas relativas à produção agrícola, bem como à pecuária bovina e suína. Procurou-se, assim, definir uma metodologia adequada para levantamento de dados do setor primário, a ser implantada gradativamente nos demais Estados.

A técnica empregada para seleção de amostra foi a da amostragem aleatória estratificada com dois estágios de seleção, complementada por uma relação de estabelecimentos agropecuários de características especiais. Foram objeto de investigação características referentes à estrutura, forma de aproveitamento das terras, mão-de-obra ocupada, efetivo dos rebanhos bovino e suíno, produção de leite, previsão de safras e estimativas das colheitas, uso de força, adubação, sementes, irrigação e defensivos. Acrescente-se a isso, o desenvolvimento concomitante de estudos relativos à utilização de técnicas de sensoriamento remoto que visam, através da análise de imagens do LANDSAT e de fotografias aéreas, a quantificação de áreas plantadas para alguns produtos principais previamente determinados. Paralelamente, estão sendo desenvolvidos, também, modelos de regressão, com variáveis agrometeorológicas e tecnológicas, objetivando estimar o rendimento médio dos produtos selecionados.

. Geodésia e Cartografia

No tocante à área de Geodésia e Cartografia, devem-se registrar algumas iniciativas importantes que contribuíram para que a comunidade brasileira fosse melhor suprida de informações geodésicas e cartográficas necessárias às exigências de um país em desenvolvimento. Estas iniciativas se consubstanciaram, basicamente, em uma série de atividades compreendidas nos programas e projetos, a seguir enunciados: Projeto Apoio Fundamental, na área de Geodésia; Mapeamento Sistemático em Escala Topográfica, Mapeamento Sistemático em Escala Geográfica e Mapeamento Especial e Temático, na área de Cartografia.

O Projeto Apoio Fundamental envolve as atividades geodésicas que objetivam dotar o país de um sistema geodésico homogêneo e único, entendendo-se por atividades geodésicas a Triangulação, a Poligonação, a Astronomia, a Medição de Bases, o Nivelamento Geométrico e a Gravimetria.

Destaca-se nesse conjunto a Triangulação, por se constituir a base para todo o sistema geodésico, no tocante à rede planimétrica, e ser elemento fundamental de partida para outras determinações de menor precisão, indispensável para o Mapeamento Sistemático em Escala Topográfica, como também para projetos de rodovias, ferrovias, telecomunicações, geologia, mineração, saneamento e outros de amplitude nacional. As primeiras medições nesse sentido datam de 1944, sendo que, no período de 1974 a 1979, a atividade foi paralizada, após 30 anos de atuação, com uma produção de 2.974 vértices implantados e 28.220 Km de extensão medida. Devido à sua importância, esta atividade foi retomada em 1980, conseguindo-se, com isto, estabelecer 374 vértices numa extensão de 3.194 Km, até 1984, índice bastante significativo como é fácil depreender. Cabe ressaltar, ainda, o esforço despendido na retomada dessa atividade, e principalmente nos aspectos referentes a treinamento de pessoal e reequipamento das unidades de campo, sem isto implicar em maiores investimentos financeiros.

A Gravimetria, outra atividade retomada e desenvolvida, neste período, em função do enfoque governamental prioritário para a prospecção de recursos minerais e ciência espacial, após 10 anos de paralização, apresentou, de 1981 a 1984, um resultado altamente marcante de 3.463 estações estabelecidas, frente a 2.206 implantadas no período de 1944/1978, mercê de convênios realizados com a Universidade Federal do Paraná, Fundação Universidade de Brasília e Observatório Nacional.

Vale também registrar, ainda no grupo de Geodésia, alguns dados significativos das seguintes atividades: a) em Poligonação, 332 estações estabelecidas numa extensão medida de 6.556 Km, contra 542 numa extensão de 13.227 Km, no período de 1944/1978; em Nivelamento Geométrico, 14.472 RN estabelecidas numa extensão medida de 48.287 Km, frente a 28.677 numa extensão de 80.631 Km, no período de 1944/1978; em Geodésia Espacial, 717 estações medidas, contra 196 no período de 1944/1978.

O Mapeamento Sistemático em Escala Topográfica é um projeto que, sob este título, reflete o conjunto de atividades que conduzem à elaboração de folhas topográficas nas escalas de 1:25.000, 1:50.000, 1:100.000 e 1:250.000, e que visa a atender o desenvolvimento econômico setorial e regional, como base na elaboração de projetos e estudos que modifiquem o meio-ambiente. Como decorrência da implantação do Programa de Dinamização da Cartografia, a partir de 1978, houve uma ampliação significativa de recursos destinados à cobertura aerofotogramétrica, à utilização de aeronaves de asas fixas e móveis em apoio às operações na região amazônica, à aquisição de equipamento técnico e à contratação de pessoal especializado, com reflexo altamente produtivo da Instituição nessa área.

No período de 1979 a 1984, foi obtida uma série de produtos que, a seguir, são registrados. Por Procedimentos Fotogramétricos, foram elaboradas 49 folhas na escala 1:50.000, 222 na escala 1:100.000, 42 na escala 1:250.000, em áreas desprovidas de mapeamento e de interesse relativo à segurança e ao desenvolvimento nacionais, bem como à reedição de 85 folhas com 17 referentes à Região Metropolitana de São Paulo, anteriormente elaboradas por organismo estadual e completamente desatualizadas. Ainda, ocorreu a elaboração, em 1984, de 28 folhas na escala 1:25.000, abrangendo a área do Distrito Federal, e que constituiu atividade pioneira do IBGE nessa escala. Por Procedimentos de Compilação, foi marcado um excelente índice para atingir o mapeamento do país, refletido na impressão de 124 folhas na escala 1:250.000.

O projeto Mapeamento Sistemático em Escala Geográfica deu origem às atividades cartográficas no IBGE, com a elaboração das 46 folhas que compõem a Carta Internacional do Mundo ao milionésimo (CIM), envolvendo, também, a confecção dos Mapas do Brasil e das Unidades da Federação, setorial e regionalmente considerados. Ele visa a fornecer, a uma ampla gama de usuários, a represen

tação espacial do território brasileiro, em seus múltiplos aspectos físico e sócio-econômico de forma genérica, tanto a nível nacional como regional. Destacam-se, nesses cinco anos, a 3ª edição das 46 folhas da Carta Internacional do Mundo ao milionésimo, a reedição, nas escalas 1: 2.500.000 e 1: 5.000.000, dos Mapas do Brasil e das seguintes Unidades da Federação: Amapá, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Acrescente-se, também, a elaboração, na escala de 1: 2.500.000, do Mapa da Região Nordeste.

O Mapeamento Especial e Temático, projeto constituído de mapas e cartas que registram informações específicas destinadas a uma determinada classe de usuários, apresentou, como principais resultados, os seguintes: a) 739 Mapas Municipais para Fins Estatísticos elaborados em apoio às atividades da rede de coleta da Instituição, correspondentes aos municípios já existentes e às novas unidades municipais criadas após 1980; b) Carta Aeronáutica de Pilotagem, na escala de 1: 250.000, que vem sendo confeccionada desde 1979, em decorrência de convênio estabelecido com o Ministério da Aeronáutica, com a impressão de 57 folhas, preparação de originais para impressão de 76 e preparação de base de 95, até o final de 1984; c) 5 Atlas confeccionados com vistas ao planejamento da segurança e desenvolvimento do país, para atender especificamente aos programas Grande Carajás (14 pranchas), Carajás-Estrutura Fundiária (18 pranchas), Roraima (18 pranchas) e Maranhão (34 pranchas).

Finalmente, convém ainda acentuar que foram, de singular importância, as providências tomadas pela atual administração no tocante à regulamentação, exigida pelo Decreto nº 243, de 1967, quanto ao estabelecimento de Normas Técnicas relativas à rede geodésica fundamental e às séries de cartas gerais, nas escalas menores que 1: 250.000. Isto se concretizou com a Resolução PR- 22, de 21/07/83, estabelecendo as "Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos", posteriormente homologadas pela Comissão de Cartografia, através da Resolução COCAR 02/83, e ratificadas pelo Decreto nº 89.817, de 20/06/1984, em seu Cap. IV - Art. 21, dada a imperiosa necessidade de ser uniformizada e regularizada a execução de levantamentos geodésicos em todo o território brasileiro. A normatização efetuada, pelo seu caráter de homogeneização e de hierarquização, com aplicação a nível nacional, permitirá que os dados geodésicos e cartográficos levantados por diversas entidades estatais e privadas constituam elementos de utilização imediata, evitando assim, em muitos casos flagrantes, desperdícios de esforços e recursos em trabalhos repetitivos.

. Desenvolvimento na Área Informacional

No segmento de disseminação de informações, como decorrência de uma política voltada para consolidar e aperfeiçoar os serviços prestados ao público, em geral, e aos seus principais usuários, vale ressaltar o projeto desenvolvido pela área de Informática, constituído de quatro sistemas, a saber: SIDRA - Sistema de Informações de Dados Regionais Agregados, SRIT - Sistema de Recuperação de Informações por Temas, SRIV - Sistema de Recuperação de Informações por Variáveis e SAMA - Sistema de Acesso a Matrizes Agregadas.

. Sistema SIDRA

O SIDRA é um sistema "on-line" de armazenamento e recuperação de informações relativas aos Censos e principais inquéritos executados anualmente pela Instituição, possuindo um acervo de onde emana um BANCO DE DADOS que, mediante a escolha de um Tema, possibilita ao usuário acesso a dados agregados a nível regional. Significa isto que, escolhido o tema e a região, existe um significativo conjunto de pontos de consulta à disposição de todo e qualquer pesquisador, beneficiando, inclusive, a todos os usuários da Rede Nacional de Telex - RNT. Especificamente, trata-se de um sistema indicado para apresentar os totais de diversas variáveis em diferentes níveis geográficos, que vão desde um particular município até o total do país, descrevendo, assim, com rapidez, um panorama local, regional ou nacional, relativo a um determinado assunto constante da programação de pesquisas e estudos do IBGE.

Conta atualmente o Sistema, nas dependências do IBGE no Rio de Janeiro e em Brasília, com um ambiente preparado para receber o usuário que necessita consultar diretamente o Banco de Dados, desfrutando de facilidades de teleprocessamento, terminais de vídeo, documentação específica e de uma equipe treinada, no sentido de ele mesmo operar o Sistema, se for o caso, ou de formular um pedido de consulta. Além disso, encontra-se à disposição do usuário um con-

junto de documentos que descreve o acervo de dados existentes e detalha procedimentos de consulta, tais como: Variáveis do Banco de Dados SIDRA, Relação de TEMAS, Manual do Usuário do SIDRA-TELEX e Manual do Usuário do SIDRA-VÍDEO.

. Sistema SRIT

O SRIT é um Sistema desenvolvido com base no SIDRA, e que, dada a sua facilidade de comandos, responde com maior rapidez as consultas dos usuários.

Justifica-se este desdobramento ou módulo do SIDRA pela razão de que, em ambientes de bases de dados em larga escala, como é o caso do IBGE, sistemas e procedimentos especiais devem ser criados para reduzir o espaço físico ocupado pelas informações, bem como o tempo e custo de processamento dos dados, com o objetivo de reuni-los em um só arquivo, que permita um rápido acesso aos mesmos no que se refere a uma particular área geográfica de cobertura.

Este Sistema, além de permitir o acesso público às informações do IBGE, até o nível municipal, através da Rede Nacional de Telex - RNT, constitui uma das aplicações disponíveis para o usuário acessar o Banco de Dados on-line do SIDRA. Nele, as variáveis já estão agrupadas em temas, consistindo a consulta básica, sob a ótica de aplicação, na obtenção dos valores das variáveis de um tema escolhido, para um item geográfico específico. Ele existe em duas versões: uma para terminal de vídeo (restrita à rede de teleprocessamento do IBGE) e outra para terminal telex (disponível para aqueles que compõem a RNT).

. Sistema SRIV

O SRIV, constituindo-se num segundo módulo do SIDRA. É um sistema disponível apenas para os vídeos ligados à rede do IBGE, consistindo a consulta básica em obter os valores de um conjunto de variáveis especificadas pelo usuário, para um conjunto de itens geográficos também especificados pelo mesmo. Neste Sistema, apesar de o usuário ter acesso a um conjunto maior de variáveis do que o possibilitado pelo SRIT, a sua interação com o Sistema é mais complexa devido, principalmente, ao maior número de opções disponíveis.

Acrescente-se, ainda, que, ao contrário do SRIT, cuja utilização é baseada em comandos, no SRIV o usuário é orientado pelo próprio Sistema que lhe apresenta, a cada instante, as opções cabíveis para a especificação da consulta, bem como lhe permite, além da apresentação, na tela do vídeo, do resultado da mesma, a impressão também, sob forma tabular padrão, das informações geradas ou a gravação destas em arquivo magnético para análises posteriores, através de pacotes gráficos e estatísticos.

. Sistema SAMA

O SAMA, disponível a partir de novembro de 1984, é um Sistema que se propõe a estabelecer uma BASE DE DADOS DE MATRIZES AGREGADAS - BDMA -, com procedimentos de armazenamento e recuperação das informações cadastradas, bem como de dispor de recursos adicionais que permitam à Instituição meios de analisar o comportamento do mesmo no que tange à sua "performance" e ao seu próprio estruturamento interno.

Este Sistema, em consonância com seus objetivos, tem como principais características as seguintes: a) armazenar dados na forma de matrizes agregadas - desidentificados - com facilidades de acesso que permitam o manuseio dos mesmos em tempo real; b) padronizar o formato dos Dados, identificá-los e descrevê-los de modo a torná-los disponíveis para os usuários através da utilização de terminais de vídeo; c) utilizar procedimentos "amigáveis" de operação dos terminais de vídeo e linguagem de programação própria para comunicação com o Sistema, de modo que o processo de aprendizagem do usuário seja fácil e rápido.

Vale dizer, ainda, que o SAMA acrescenta aos serviços de disseminação a possibilidade de recuperação de tabelas e de seu manuseio, visando a um público usuário com interesses mais complexos no uso das informações estatísticas. Além disso, ele, mesmo integrado e compatibilizado com "softwares" convencionais, específicos e já consagrados, como o ATLAS e PROMETEU, representa uma nova alternativa de aperfeiçoamento no campo da disseminação de informações, no sentido da formação de uma Metodologia de Tabulação e Impressão de Dados para divulgação.

. Rede Nacional de Informações Estatísticas

Convém, ainda, registrar que, visando a desenvolver uma programação de atividades voltadas para oferecer facilidades que possibilitem a aproximação de novos segmentos de público e de instituições potencialmente interessados nos dados disponíveis nas bases do IBGE, bem como assegurem a continuidade dos contatos com usuários já atendidos pelo SIDRA e seus desdobramentos, através do telex, dos terminais remotos instalados nas salas públicas e dos terminais locais disponíveis no Complexo de Mangureira, foi projetada, como decorrência do interesse evidenciado pelas Secretarias de Planejamento dos Estados, a REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS com o objetivo inicial de agilizar e aprimorar o funcionamento dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais. Este projeto está sendo operacionalizado através de convênios de cooperação técnica entre o IBGE e órgãos estaduais, que se responsabilizam pela aquisição dos terminais e facilidades de comunicação necessários para promover a conexão ao Sistema Central de Computação da Instituição.

Finalmente, em paralelo com as atividades de ampliação de público e, também, de capacitação de pessoal para uso do Programa em seu todo, vem sendo enfatizada a nova dimensão de aperfeiçoamento do SIDRA e seus módulos, ressaltando-se a implantação de uma unidade voltada para atendimento de problemas de usuários de teleprocessamento, onde serão recebidas reclamações e providenciadas soluções, na hipótese de ocorrência de pane em qualquer componente do sistema: "software", "hardware", facilidades de comunicação, etc... Também, dentro da mesma linha de ação, vem sendo implementada metodologia para agilizar a disponibilidade de dados com a atualização oportuna e simultânea dos Bancos de Dados on-line existentes, imediatamente após a liberação oficial dos resultados das pesquisas e estudos da Instituição.

. Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal

Na área de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, no período da atual administração, dentre outras atividades dignas de destaque, merecem registro as seguintes: Modernização da Infraestrutura Informacional da ENCE, Reformulação do Curso de Graduação em Estatística, Criação do Curso de Pós-Graduação, Criação do Núcleo de Processamento de Dados, Criação do Escritório de Estatística e Anteprojeto do Sistema VÍDEO IBGE.

A partir do exame e avaliação das informações contidas nos "registros administrativos" e de aspectos que envolvem a sistemática adotada no desempenho dos trabalhos de rotina que estão a cargo da ENCE, no período em referência, deu-se início à implantação da Modernização da Infra-estrutura Informacional dessa Escola.

No desenvolvimento das fases pertinentes ao programa em pauta, destacam-se, a seguir, as ações julgadas de maior importância: a) gerar informações de base, capazes de garantir o controle eficiente e eficaz do processo educativo da ENCE, em articulação com o campo da informática; b) promover a expansão quantitativa e qualitativa de informações escolares e outras, visando a satisfazer às exigências do planejamento educacional, bem como, dos levantamentos das estatísticas de ensino no País, a cargo do MEC; c) agilizar os procedimentos burocráticos na captação das informações de base, garantindo maior produtividade do setor responsável. Como eficaz apoio à maior produtividade na captação das informações de base, vale ressaltar o adequado uso dos terminais de computador instalados na ENCE, no período considerado, o que constituiu significativo marco à melhoria do controle acadêmico.

O projeto de Reformulação do Curso de Graduação em Estatística de correu da necessidade comprovada de adequar o currículo da Escola às novas exigências do perfil do Estatístico, visando, com isso, precipuamente, à integração Estatística-Ciências Sociais.

A experiência acumulada pelo IBGE, através da ENCE, como responsável pela formação de grande parte dos graduados no País, e como órgão do Governo que emprega grande número desses profissionais e de outros especializados em Estatística no exterior, sugere que o estatístico, além de sólida formação es -

estatístico-probabilística, deva adquirir outros conhecimentos, que deverão conjugar harmoniosamente: a) capacidade de compreender os dados de um problema exposto em termos não técnicos e deles extrair os aspectos importantes e mais relevantes; b) capacidade de dialogar com especialistas da área de conhecimento à qual estiver aplicando suas técnicas; c) aptidão para adaptar técnicas, de pois de suficiente reflexão no meio de equipes diversificadas; e d) capacidade de sintetizar, reunindo ordenadamente os resultados relevantes para fornecer subsídios à tomada de decisões.

Em função disso, a Instituição, em 1983, procedeu a uma avaliação do currículo existente à época, concluindo que o Sistema de pré-requisitos e a obrigatoriedade de todas as disciplinas desse currículo pleno de graduação da ENCE está conduzindo à retenção de elevada proporção de alunos do 2º ao 4º período semestral, evidenciando a carga horária excessiva, em decorrência da rigidez da estrutura curricular adotada. Uma comissão técnica foi, então, encarregada do reestudo do problema, sob forma de projeto, com vistas a modificar alguns pré-requisitos, oferecer disciplinas eletivas, e adotar opções diversas no curso, levando em consideração a flexibilidade que o sistema de créditos e disciplinas semestrais, entre outras vantagens, pode acrescentar.

Como decorrência da situação constatada e da proposta elaborada, o novo currículo irá, sem dúvida alguma, estabelecer um elo significativo com o campo das Ciências Sociais, no sentido de que: a) a utilização de técnicas e métodos estatísticos, na análise de fenômenos sociais, possibilite interpretar hipóteses e teoremas do modelo estatístico num contexto social específico; b) a especulação no campo social induza ao desenvolvimento ou à adaptação de métodos e técnicas estatísticas.

Em 1983, a Administração Superior do IBGE aprovou proposta apresentada pela ENCE para Criação do Curso de Pós-Graduação, com 360 horas de atividades didáticas, tendo sido o primeiro (LATO SENSU), em Tecnologia de Amostragem, iniciado em 09.04.84.

A criação de um programa de Pós-Graduação, numa entidade isolada como a ENCE, se justificava pela necessidade emergente de atender a uma demanda de formação pós-graduada basicamente voltada para as atividades profissionais desenvolvidas atualmente na Instituição. Este projeto terá suas possibili

dades ampliadas se associado à farta experiência em pesquisa sócio-econômica da sua entidade mantenedora. Esta associação é imprescindível para que a ENCE, à exemplo da ESAF, ESAP e outras de caráter institucional, firme a sua vocação de Escola voltada para os interesses do IBGE e do Sistema de Planejamento de modo geral.

Em termos operacionais, o Curso objetiva dar ao concluinte condições plenas de planejar, dimensionar e executar pesquisas e tarefas relaciona - das principalmente com a determinação de amostras.

A Criação do Núcleo de Processamento de Dados e sua instalação em 1983, equipado com "Remote Job Entry" (RJE 3776 IBM), quatro terminais TR-200 Cobra para processamento via TP e quatro perfuradoras de cartão IBM 129, possibilitou maior rapidez no tempo de resposta e melhor uso de recursos computacionais no ensino de disciplinas, constituindo-se assim, num importante instrumen - to de apoio ao ensino e à pesquisa na ENCE, evitando, também, o deslocamento permanente dos seus alunos, técnicos e professores para submeter os "jobs" via "batch" no Centro de Processamento de Dados, onde estão instalados os equipa - mentos de grande porte da Instituição.

Além de dar suporte computacional aos Cursos de Pós-Graduação , Graduação e Técnicos, o NPD está aparelhado para dar apoio aos projetos institu - cionais e acadêmicos ligados ao Escritório de Estatística e às atividades de administração escolar.

Em função da concretização desse projeto, várias disciplinas ti - veram seus programas e metodologias alteradas em razão da disponibilidade de uso dos recursos computacionais, notadamente as de Computação, Análise Estatís - tica, Estatística Aplicada, Pesquisa Operacional e Cálculo Numérico.11.

Com a criação do Escritório de Estatística, em 1982, para ser um órgão de pesquisa e de desenvolvimento de projetos que permitissem a alunos e professores, a título de complementação de formação acadêmica e profissional , vivência de situações onde a aplicação de métodos estatísticos fosse mais necessária, a Instituição tem proporcionado aos alunos dos cursos técnicos, man - tido pela ENCE, oportunidade de estágio, onde, em condições especiais de su - pervisão, projetam e desenvolvem pesquisas estatísticas, de caráter prático, no campo de ensino e no âmbito da Escola.

A falta de estrutura formal e administrativa do Escritório de Estatística, ao contrário do que ocorre na UERJ (CPUERJ), UFRJ (COPPETEC), PUC/RJ (CONSUL-PUC) e outras, vinha impedindo a ENCE de se lançar no campo da pesquisa aplicada ao ensino. Em 1984, através de proposta de institucionalização regimental, procurou-se dotar o Escritório de meios que possibilitassem a sua atuação como mais um órgão de pesquisa do IBGE, capaz de projetar e desenvolver pesquisas estatísticas e de natureza sócio-econômica, tanto de caráter especulativo de interesse econômico, como de interesse direto da Instituição.

. Documentação

Na área de Documentação, ocorreu, na atual Administração, a implantação de processo de automação visando a modernização do sistema de informação bibliográfica, com projetos de real significado como: o CALCO (catalogação de livros), o SABER (recuperação de referências bibliográficas), o AQUEM (aquisição e empréstimo) e o INFO-KARDEX (entrada de periódicos).

Até 1979, a automação na Biblioteca Central do IBGE - BICEN não passava de algumas intenções e idéias não consolidadas, faltando, evidentemente, um estudo de viabilidade que analisasse, em profundidade, os fluxos de trabalho da mesma para identificar eventuais deficiências, definir as devidas correções, apontar necessidades reais e estabelecer prioridades. Em 1980, este estudo foi realizado, com a ajuda do CNPq, através de serviço de consultoria especializada em informação bibliográfica automatizada, dando como produto final um diagnóstico dos principais problemas relativos às atividades da BICEN, bem como de sugestões no tocante a prioridades e alternativas quanto à necessidade de automação. Isto permitiu a implantação e uso dos sistemas automatizados já anteriormente referidos.

O CALCO - Catalogação Legível por Computador é um sistema desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas para catalogação cooperativa de diversas bibliotecas, compatível com os sistemas internacionais de catalogação automatizada. Em 1982, foi assinado o convênio entre a FGV e o IBGE, cujas cláusulas regem as condições para o processamento dos dados catalográficos, assim como foi ministrado o treinamento necessário às biblioteconomistas da BICEN e das bibliotecas setoriais, e iniciada a implantação do projeto. Em 1983, foi consolidada, em termos operacionais, a utilização desse sistema pela instituição, já apresentando, no final de 1984, a marca ponderável de 4.026 registros catalográficos referentes a monografias (livros e microfichas). Ressalte-se, ainda, que a contribuição do IBGE para os trabalhos da rede existente, nessa área, foi decisiva, principalmente no que diz respeito à normalização, a nível, nacional, de entradas de fichas com nomes geográficos, ao estabelecimento de cabeçalhos de assunto nas áreas de Estatística e Demografia, e à orientação na catalogação de mapas, bem como intensificou seu intercâmbio com órgãos importantes da rede, tais como Fundação Getúlio Vargas, Biblioteca Nacional, Es-

cola Superior de Guerra, Fundação Joaquim Nabuco e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O SABER - Sistema de Arquivamento e Busca de Referência Bibliográfica tem por objetivo o registro, tratamento e recuperação automática de referência bibliográfica do acervo da BICEN, especialmente da coleção de revistas técnicas. Este sistema foi implantado com a finalidade de acelerar os trabalhos dirigidos no sentido do fornecimento rápido, aos usuários internos do IBGE, do Boletim Bibliográfico e de informações sobre assuntos específicos de interesse das áreas de atuação da Fundação. No período de agosto de 1982 a março de 1983, com o auxílio de consultoria externa, foram definidos os instrumentos de terminologia a serem utilizados para a indexação e para a recuperação de referências bibliográficas e respectivas palavras-chave, bem como determinadas as principais características do sistema. Considerando, ainda, o interesse das áreas técnicas do IBGE nesse tipo de projeto, por serem elas mesmas suas próprias beneficiárias, ficou também estabelecido que o SABER seria "on line", ou seja, que a entrada e a recuperação por terminal seriam a maneira mais eficaz de garantir informações mais rápidas e oportunas aos usuários internos da Instituição. Este projeto, cujo desenvolvimento teve início em 1983 com a realização de testes para implantação, foi operacionalizado definitivamente em 1984. Convém ressaltar, também, que, embora desenvolvido pelo IBGE para uso exclusivo da BICEN, o SABER é perfeitamente compatível com os sistemas internacionais de registro e recuperação, por computador, de referências bibliográficas, por ter adotado as normas nacionais e internacionais para tal fim.

O AQUEM - Sistema de Aquisição e Empréstimo visa ao melhor e mais rápido controle do material bibliográfico, que vai se incorporando ao acervo da BICEN, e que é circulado diariamente pelos técnicos do IBGE e bibliotecas de outros órgãos com que ela mantém intercâmbio, constituindo uma das maiores vantagens desse sistema o fato de o mesmo garantir maior segurança para o patrimônio cultural bibliográfico da Instituição. Em 1983, foram definidas as características do sistema e, em 1984, foi dado início ao seu desenvolvimento, com aplicação de testes para implantação, tendo sido, finalmente, operacionalizado no mesmo ano.

O INFO-KARDEX - Controle de Entrada de Periódicos é um sistema que consiste num conjunto de programas de computador, permitindo o registro e a recuperação "on line" de informações cujos formatos podem ser estabelecidos com extrema rapidez. Este projeto nasceu da necessidade, que tinha a BICEN, de mo-

ernizar seus métodos de controle dos fascículos de periódicos, verificando-se que esse sistema se aplicava adequadamente a esse tipo de controle. Assim, em 1984, foi definido o formato para o qual poder-se-ia transcrever as informações constantes nos fichários Kardex da Biblioteca, bem como foi dado início aos registros e plena operacionalização do sistema, no mesmo ano.

Área de Administração

. Orçamento e Finanças

O período 1979/1984 caracterizou-se pelas dificuldades orçamentárias e financeiras impostas pela conjuntura nacional, levando ao desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e controle próprios para permitir um gerenciamento eficaz dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, os controles desenvolvidos pelo governo, objetivando contenção de despesas (dentre os quais destaca-se o Programa de Despesas Globais implantado pela SEPLAN/SEST) e a necessidade de recursos por parte do IBGE para dar prosseguimento aos seus projetos e atividades, motivaram a criação de novos instrumentos, tais como:

- . implantação do sistema ORCA no que se refere ao processamento eletrônico da execução orçamentária e contábil, permitindo uma atualização permanente;

- . implantação do sistema de descentralização da execução orçamentária a nível das Unidades Regionais;

- . desenvolvimento de programa de processamento eletrônico para elaboração e remanejamento do orçamento-programa;

- . implantação de sistema de processamento de dados "on-line" relativo à execução financeira, integrando as áreas de orçamento, finanças e contabilidade;

- . implantação do sistema de registro, acompanhamento e controle de despesas contratuais.

. Recursos Humanos

O atendimento médico-odontológico aos funcionários do IBGE, no período de 1979 a 1984, foi estendido às Unidades Regionais do Rio Grande do

Norte, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Pará, Sergipe, Piauí, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Amazonas, que passaram a contar com os serviços de ambulatório médico, enquanto nas Unidades do Maranhão, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas e Distrito Federal foram instalados ambulatórios odontológicos.

Com a instalação desses ambulatórios, o número de unidades ambulatoriais passou para 27, tendo as Delegacias de Roraima, Amapá, Acre e Rondônia atendimento médico, através de convênios com profissionais locais.

No que se refere à Política Salarial, fato relevante para homogeneidade da estrutura salarial a nível de Brasil, foi a celebração de Acordo Coletivo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio - CNTC, evitando-se assim a diversidade de datas-base para os reajustes salariais nos diversos Estados.

. Patrimônio e Serviços Gerais

O vulto dos trabalhos relacionados ao Patrimônio do IBGE e a preocupação constante em promover a Entidade com a manutenção dos serviços que lhe estão afetos, foram objeto de preocupação redobradas no período 1979-1984, destacando-se as seguintes iniciativas:

- . implantação de uma Rede Nacional de Telex, no sentido de interligar as Unidades Regionais e a Sede com um meio de comunicação, que fosse ao mesmo tempo rápido, eficiente e seguro;

- . a construção de nova sede da Delegacia de Minas Gerais, como a maior iniciativa no campo das instalações físicas realizadas pela Administração, consistindo na construção de prédio de sete pavimentos, com uma área de 3960 m²;

- . a instalação da Delegacia de São Paulo em nova sede, proporcionando-lhe melhores condições de funcionalidade;

- . a construção da Creche no Complexo de Mangueira;

- . o desenvolvimento de estudos para construção ou ampliação de Sedes de Delegacias do IBGE;

. conclusão de estudo para padronização das Agências de Coleta em todo Território Nacional, de forma a aproveitar os terrenos doados pelos municípios.

. desenvolvimento e implantação de programas de processamento eletrônico de dados para gerir os bens móveis e imóveis do IBGE.

. Editoração e Impressão

O objetivo que norteou esta área foi o de dar andamento às publicações do IBGE que lhe chegavam para serem editoradas e impressas e atualizar aquelas que estavam com seus números atrasados. Nesse sentido, no período 1979 a 1984, registrou-se uma tiragem global de 118 110 605 unidades, dentre livros, revistas, folhetos, etc.

Vale ressaltar a publicação, a partir de 1983, da nova série das monografias municipais, de maior importância para conhecimento das informações básicas a nível das municipalidades.

. Projeção da Imagem do IBGE

No período considerado, foram obtidos crescentes êxitos na elevação do prestígio do IBGE, tanto a nível nacional como no cenário internacional, graças, principalmente, ao intenso esforço desenvolvido pessoalmente pelo Presidente da Entidade.

Através de freqüentes entrevistas à imprensa escrita, falada e televisada, bem como da participação ativa em conferências e debates de temas da mais alta significação no quadro econômico e social do país, foi possível ao Presidente da Instituição divulgar cada vez mais intensamente os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE e elevar sua imagem no seio da sociedade brasileira.

Paralelamente, semelhante esforço foi realizado no campo externo, através da participação do Prof. Jessé Montello em conferências e seminários internacionais, destacando-se a VIII Conferência Interamericana de Estatística, realizada em Buenos Aires em 1982, na qual foi eleito Presidente da IX Conferência Interamericana de Estatística e do Comitê Diretivo Permanente da Conferência Interamericana de Estatística - COM/CIE; o Seminário sobre o Censo de População da China, realizado em Pequim, em março de 1984, do qual participou a convite do Bureau de Estatística da República Popular da China; a Conferência Internacional de População - México, agosto de 1984, como integrante da Delegação Brasileira; a I Reunião sobre Agropecuária, promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - Santiago, em novembro de 1984, como convidado das Nações Unidas, e do Comitê consultivo de Técnicos em Estatística da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em Roma, em setembro/outubro de 1984, na condição de especialista convidado pela FAO.

O Terceiro Momento - REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

Merecem destaque três iniciativas básicas para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gerência e de planejamento, e que podem propiciar um marco referencial em que as futuras administrações poderão melhor compreender as transformações até hoje efetuadas e, principalmente, calcar suas ações no sentido de realizar as mudanças necessárias à nova dimensão da Entidade frente ao contexto do processo de abertura e desenvolvimento do país. Estas iniciativas se consubstanciaram precipuamente em:

- a) consolidar, institucionalizar e desenvolver o Sistema de Planejamento Interno;
- b) adaptar a estrutura da Entidade às suas novas necessidades de desempenho;
- c) descentralizar os trabalhos estatísticos do Órgão a nível de suas unidades regionais.

Institucionalização do Sistema de Planejamento Interno

No tocante à primeira iniciativa, apesar de a programação de trabalho da Instituição, através do conjunto de projetos e atividades, vir se desenvolvendo dentro do planejado e das condições operacionais estabelecidas, achava a atual Administração ser necessário fortalecer um instrumento de vital importância para os rumos futuros do IBGE e, por conseguinte, para sua definitiva consolidação e crescente modernização. Esse instrumento era o Sistema de Planejamento Interno.

Não desconhecia a Administração a existência, no Órgão, de um processo, embora incipiente e não sistemático, de planejamento. Urgia, contudo, transformá-lo em um sistema efetivo, amplo e eficiente. Por essa razão, a atual Administração considerou como tarefa prioritária, no terceiro momento de sua gestão, a de consolidar, institucionalizar e desenvolver o Sistema de Planeja -

mento Interno do IBGE, consciente de que esse instrumento, dentre outras vantagens iria proporcionar:

- a) a maximização dos benefícios do potencial produtivo da Organização, no sentido de atender a demanda de informações na extensão e forma desejadas pelos usuários dos setores governamental e privado;
- b) a incorporação, para efeito de avaliação, de parâmetros externos e internos, enriquecendo, assim, o processo decisório do IBGE e tornando mais efetiva sua participação no Sistema Nacional de Planejamento;
- c) condições de melhor orientar e racionalizar a formulação, avaliação, desenvolvimento e acompanhamento de todos os projetos de sua responsabilidade;
- d) o entrossamento maior e mais coerente entre o IBGE e seus usuários principais, possibilitando normalizar a Instituição no sentido da adoção de procedimentos e critérios homogêneos, relacionados diretamente com a técnica de elaboração de projetos, facilitando, destarte, o acompanhamento e controle dos mesmos, assim como procurando uma conjugação mais eficiente entre os projetos específicos e as reais necessidades de informações para o planejamento, em todos os níveis de decisão da Sociedade.

Como decorrência desse propósito da Alta Administração, vem o IBGE, desde fins de 1983, procurando institucionalizar e desenvolver, através de sua Coordenadoria de Planejamento e Projetos Especiais - CPE, uma nova sistemática de planejamento balizada pelos seguintes marcos:

- a) formulação dos Planos de Trabalho para 1984 e 1985 dentro de uma sistemática de planejamento que se iniciou pela estruturação do mesmo em função de diretrizes e prioridades previamente definidas;

- b) definição e implantação de um sistema de acompanhamento do Plano, já em fase de execução, com emissão de relatórios regulares (bimestrais), utilizando, para tanto, os meios modernos de processamento de dados;
- c) definição de nova estrutura funcional de apresentação e formulação do Plano de Trabalho, que permitirá a incorporação mais direta de novos parâmetros de avaliação de natureza política, com respeito ao nível de cobertura dos diversos temas de pesquisa atribuídos por Lei ao IBGE e considerando, inclusive, uma maior participação interativa com os organismos interessados.

Dentro desse contexto de preocupação, procura-se agora definir uma sistemática interna de formulação de projetos, a ser consubstanciada em um "Modelo-Padrão", que irá servir de base referencial para o aprimoramento do próprio Sistema de Acompanhamento e de condição essencial para a implementação do Sistema de Planejamento como um todo.

. Reestruturação Organizacional da Área Técnica

A segunda iniciativa se caracterizou, principalmente, pela efetivação de profunda reestruturação organizacional no âmbito da área técnica-fim da Entidade, dando início a um processo de mudança pleno de impactos imediatos e desdobramentos no tocante à sua estrutura e modo de funcionamento, e gerando, como consequência, melhores resultados tanto em níveis de desempenho, quanto em termos de ganho de substância para o conjunto de ações desenvolvido pela mesma.

Esta reestruturação organizacional, estatuída através do Decreto nº 89 762, de 06-06-84, veio atender a uma preocupação sedimentada ao longo da atual Administração no sentido de criar condições mais equilibradas de desenvolvimento de algumas áreas de competência da Instituição, antes sob a responsabilidade de uma única Diretoria, sendo concretizada com a criação de três Diretorias específicas, atendendo, respectivamente, às áreas de Demografia

(População e Social), Economia, e Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia.

As principais razões que nortearam a decisão dessa reestruturação organizacional são, a seguir, explicitadas:

- a) necessidade de integração, a nível de conceitos e métodos das estatísticas censitárias e não censitárias;
- b) sensível aumento das responsabilidades da Instituição, traduzido no surto de novas áreas de importância estatística;
- c) necessidade de um rápido e substancial aprimoramento dos métodos e análises até então utilizados, a um ritmo e profundidade ainda não exigidos;
- d) impossibilidade, em virtude das novas exigências de conhecimentos e habilidades gerenciais, de uma única pessoa - a figura do antigo Diretor Técnico - assumir todos os encargos relativos a área técnica-fim da Entidade, desde os aspectos de coleta até os da análise;
- e) necessidade de um tratamento, com presteza e maior abrangência, dos problemas relacionados com a mensuração dos padrões de bem-estar social.

Os efeitos esperados com tal decisão vêm-se concretizando rapidamente, e podem ser assim sumarizados:

- a) tornar humana e gerencialmente possível a função de comando da área técnica-fim, disso resultando um aprimoramento e agilização dos trabalhos afetos à Instituição;
- b) dar uma estrutura mais equilibrada à área técnica-fim da Instituição, facilitando, com isso, o controle e coordenação da mesma por parte da Presidência;
- c) consolidar e concluir, como decorrência, a integração necessária entre as estatísticas censitárias e contínuas;

- d) integrar, para cada área de atuação da Entidade, a coleta com a análise, agilizando e colocando esta última apta para responder às complexas demandas atuais da Sociedade brasileira.

Como se pode depreender facilmente, mudança de tal porte na área técnica-fim do IBGE não poderia deixar de repercutir a nível da organização da Administração Superior da Instituição, tanto para sanar antigos problemas estruturais, ainda não bem resolvidos, quanto para atender novas necessidades geradas pela própria modificação.

Desta maneira, a reestruturação apresentada deu lugar, a nível da Administração Superior do IBGE, à criação de duas novas Coordenadorias, a saber:

- a) Coordenadoria de Planejamento e Projetos Especiais (CPE);
- b) Coordenadoria de Avaliação e Metodologia (CAM).

A Coordenadoria de Planejamento e Projetos Especiais (CPE) sucedeu a antiga Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais (APE), guardada a mesma posição de órgão integrante da Administração Superior do IBGE, no propósito de dar a esta unidade condições de organização mais condizentes com as novas responsabilidades diretamente advindas da reestruturação da área técnica-fim (como a coordenação da Rede de Coleta do IBGE, formada por mais de 800 agências distribuídas pelo território nacional) e na linha do objetivo geral de fortalecer as atividades de planejamento e coordenação a nível central, dentro de um esforço já iniciado em fins de 1983 e que se torna tanto mais necessário quanto mais se descentraliza em nome da eficiência.

Já a criação da Coordenadoria de Avaliação e Metodologia (CAM), veio responder à conveniência de se colocarem as atividades de coordenação metodológica independentes das áreas técnicas específicas, de forma a assegurar um mesmo padrão de desenvolvimento dos estudos e pesquisas, e, ao mesmo tempo, dar uma nova proeminência à atividade, mediante sua elevação ao nível de órgão de Administração Superior do IBGE. De fato, as atividades de coordenação metodológica vinham sendo exercidas desde a implantação, em 1977, do antigo Departamento de Coordenação de Métodos - DECME, a nível interno da extinta Diretoria Téc-

nica, o que, se bem não impedisse que este órgão prestasse valiosa colaboração para melhor configuração técnica das pesquisas do IBGE, não constituía, por certo, a melhor colocação, do ponto de vista administrativo, para um órgão de caráter eminentemente normalizador.

Descentralização do Processamento das Pesquisas Estatísticas a Nível das Unidades Regionais do IBGE

A terceira iniciativa decorreu da experiência recolhida no sentido da necessidade do lançamento de um grande processo de transformação, capaz de adequar o IBGE aos padrões requeridos na atualidade, em termos de rapidez da informação e economicidade dos trabalhos, e que, ao mesmo tempo, conduzisse a uma maior significação das pesquisas do Órgão, e implicasse na consolidação de um efetivo Sistema Estatístico Nacional.

No plano prático essa necessidade se tornava mais premente, tendo em vista a aproximação do Recenseamento Geral de 1990, impraticável de se realizar com base nos atuais procedimentos.

Nasceu daí a idéia de descentralizar o processamento das pesquisas estatísticas a nível das Unidades Regionais do IBGE, até aqui encarregadas tão somente dos trabalhos de coleta de dados.

Cabe ressaltar que a descentralização do processamento dos levantamentos estatísticos a nível das Unidades Regionais do IBGE, constitui um grande vetor estratégico para desenvolvimento do Órgão, com impactos imediatos e desdobramentos que se projetarão a longo prazo.

Concretamente o projeto implica em transferir às Delegacias do IBGE em cada Unidade da Federação as atividades de processamento das informações por elas coletadas, hoje ainda realizadas centralizadamente na Sede.

Esta nova configuração mostra-se, aliás, consentânea com os avanços tecnológicos recentes na área de processamento de dados, consubstanciados nos desenvolvimentos dos micro e mini computadores, o que por si só, torna desusada e anti-econômica a centralização até aqui vigente.

Vale notar que, transcendendo os aspectos puramente operacionais, desencadeia-se por esta via um amplo processo de desenvolvimento organizacional, tocando em aspectos tais como distribuição de responsabilidade e a própria configuração das pesquisas do IBGE, abarcando desde a valorização e a capacitação do pessoal até a maior significação para a sociedade das informações produzidas.

Realmente, além do objetivo mais imediato de adequar o IBGE à velocidade de informação exigida nos tempos atuais e assegurar maior qualidade dos dados, o projeto traz embutida a possibilidade de maior flexibilidade no atendimento das demandas locais, o que por certo aos poucos irá se acentuando. Este é sem dúvida o acréscimo de benefício de natureza não operacional mais evidentemente ligado ao projeto, tendendo a redundar no fortalecimento do entrosamento do IBGE com os órgãos locais de planejamento.

Dessa maneira, coloca-se o IBGE numa nova linha, mais adequada ao atual estágio de desenvolvimento do País, na medida em que tende a fortalecer sua presença nos cenários municipal e estadual, fazendo reverter um processo que marcou as duas últimas décadas, caracterizadas pela centralização e por uma relativa omissão do Órgão na cobertura das necessidades de informações locais.

Esta postura centralista acabou provocando o surgimento e fortalecimento de órgãos paralelos de âmbito estadual, numa clara duplicação de esforços e recursos e, mais grave, fugindo à coordenação do Sistema Estatístico Nacional, atribuída legalmente ao IBGE.

Durante o exercício de 1984 o projeto ganhou substância com a implantação pioneira realizada, no início do ano, no Espírito Santo, seguida já ao final do exercício das implantações realizadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

As experiências de descentralização conduzidas no RN e em SC, marcaram um novo estilo em relação à experiência pioneira do Espírito Santo, principalmente por terem sido objeto de um planejamento de execução desenvolvido durante os dois meses que as precederam. A necessidade dessa coordenação de esforços de todas as áreas tornou-se patente na própria condução da implantação do Espírito Santo e veio responder pela boa condução do processo nas duas últimas Delegacias.

Destacam-se como produtos objetivos desse planejamento a elaboração de Manuais de Codificação e Crítica, relativos a cada uma das pesquisas implantadas, e a cronogramação de todas as atividades desenvolvidas nas DEGEs o que permitiu que a condução do treinamento, cobrisse um elenco expressivo de pesquisas, em tempo relativamente curto.

Em termos gerais pode-se dizer que as experiências de descentralização realizadas nas DEGEs RN e SC corroboram a viabilidade técnica e operacional dos procedimentos concebidos — e operacionalmente já testados no Espírito Santo — ao mesmo tempo que sugerem definições mais profundas para balizar a continuidade do projeto, tanto no que respeita ao modo de condução de generalização a nível de Brasil, quanto ao que se refere ao seu próprio escopo, tomado no sentido mais amplo.

SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO FUTURO

Em vista do que foi exposto anteriormente, considerou a atual Administração ser necessário estabelecer algumas diretrizes destinadas a orientar o Programa de Trabalho do IBGE para o ano de 1985, a seguir relatadas:

- a) concentrar esforços na aceleração dos trabalhos normais da Entidade, principalmente no que respeita à produção de informações de obrigação legal;
- b) consolidar os avanços recentemente obtidos no tocante ao Sistema de Planejamento Interno, à nova organização da área técnica-fim, ao projeto de descentralização das atividades do Órgão e da política de disseminação da informação por meios eletrônicos;
- c) não incluir, na programação de trabalho para 1985, projetos novos de estudos e pesquisas, salvo aqueles que possam dar continuidade e complementação a trabalhos já iniciados pela Entidade.

Considera, ainda, a atual Administração ser de importância fundamental, como base para os futuros rumos da Instituição, o estabelecimento de algumas linhas de ação prioritárias no sentido de:

- a) consolidar a estrutura organizacional estabelecida no Decreto 89 762, de 06 de junho de 1984, procurando aclarar as interseções de atribuições residuais e suscitando maior atualização e pioneirismo nas áreas das Diretorias de População e Social, de Economia, e de Agropecuária, Geografia e Recursos Naturais, no sentido de adequar a Entidade ao patamar de complexidade exigido pelo estágio de desenvolvimento atual do país;

- b) acelerar o processo de descentralização dos trabalhos estatísticos a nível das Unidades Regionais, incorporando as Unidades da Federação mais representativas, em termos de volume de trabalho, e valorizando as variáveis regionais e locais na oferta de informação do IBGE, visando ao melhor atendimento de demanda espacialmente diversificada;
- c) fortalecer os mecanismos de planejamento, coordenação e avaliação a nível da Administração Superior da Entidade;
- d) consolidar e, também, desenvolver os novos sistemas de disseminação de informações por telex e terminais de processamento eletrônico, que abrangem, no momento, os sistemas SRIT, SAMA, e SIDRA.

Finalmente, a atual Administração está convencida de que todo o esforço despendido, com tão árdua tarefa, não se encerra no seu tempo de Gerência, mas, pelo contrário, vai necessitar, por parte das administrações futuras, de um trabalho continuado ainda maior para a solidificação irreversível da nova dimensão do IBGE.

